



Mulheres migrantes: entre fronteiras físicas e sociais

Por Tuíla Botega - Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios – CSEM

Tradicionalmente as mulheres ocuparam um lugar de invisibilidade nos estudos migratórios, entretanto, nas análises mais recentes, e considerando o contexto atual de globalização, a participação feminina vem ganhando cada vez mais relevância.

Mais do que aos aspectos quantitativos, tendo em vista que as mulheres representam mais da metade da população migrante do mundo, as implicações sociais, as questões de integração e tantos outros aspectos que marcam a vida e vivência das pessoas em diáspora, e que assumem uma especificidade própria no que diz respeito às mulheres, merecem a atenção.

O gênero, juntamente com outras categorias, se estabelece como um princípio classificatório que atravessa o movimento migratório e configura as oportunidades para homens e mulheres no decorrer desse processo, ou seja, desde o momento da partida, a escolha de quem vai migrar, os motivos da migração, a permanência ou o retorno ocorrem articulados numa rede de relações que envolvem gênero, parentesco e geração (ASSIS, 2011).

Além disso, tal princípio classificatório afeta também a inserção das mulheres migrantes no mercado de trabalho. Seguindo a divisão sexual do trabalho, geralmente cabe às mulheres aquelas ocupações tipicamente femininas, o que se traduz nas atividades relacionadas ao trabalho doméstico, ao trabalho sexual e ao cuidado de crianças e idosos.

Outro aspecto relevante no que diz respeito à participação das mulheres no fenômeno migratório consiste na necessidade de atualizarmos a visão clássica de que as mulheres migram apenas como acompanhantes de seus maridos e filhos. Na atualidade, elas se inserem na migração internacional como trabalhadoras, as quais contribuem ativamente no envio de remessas para o país de origem e para a composição da renda domiciliar. Isso implica em uma redefinição de sua posição nas relações familiares e de gênero, o que significa dizer que as mulheres são sujeitos ativos no processo migratório.

Como exemplo, citamos o caso das imigrantes haitianas que vêm grávidas para o Brasil buscando dar condições mais favoráveis ao bebê que nascerá e deixam seus filhos e companheiros no país de origem. Num outro contexto, as refugiadas sírias que assumem a chefia familiar demonstram o grande desafio que essas mulheres enfrentam para conseguir manter sua dignidade e cuidar de suas famílias em um contexto de refúgio, marcado por conflitos e ameaças de violência ou exploração.

Dessa forma, não podemos perder de vista a dimensão do protagonismo que as mulheres, no geral, e as migrantes em específico têm. Por outro lado, não se pode negar que as vulnerabilidades que recaem sobre a população migrante se tornam mais intensas quando falamos de uma mulher migrante. No que diz respeito à população migrante em situação de fronteira temos uma série de particularidades no que diz respeito às mulheres que as tornam mais vulneráveis a abusos e violações de direitos do aos homens.

Sabemos que todo imigrante em situação irregular de documentação se torna vulnerável a uma série de violações de direitos, entretanto, no caso de



ser uma mulher, isso tende a se intensificar. Nesse sentido, os abusos e casos de violência sexual que podem acontecer, seja no âmbito familiar, seja no mercado de trabalho, geralmente, tendem a ficar ocultos, haja vista o sentimento de vergonha, o temor perante a polícia e o medo da deportação.

Em suma, cabe o argumento de que as mulheres migrantes se deparam com duas fronteiras: uma física, que separa o local de origem e o local de destino, a qual elas podem atravessar; e outra social, que apesar de se concretizar na vivência cotidiana – por meio da discriminação, violência e abusos – muitas vezes ficam invisíveis e, por isso, se tornam impermeáveis.

Referências:

ASSIS, Gláucia de Oliveira. —De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares dos novos migrantes brasileiros. Florianópolis: Ed. Mulheres; 2011.